



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no
capitalismo**

**COM QUANTOS “DADOS” SE FAZ UM BARCO QUE VELEJE NESSE INFORMAR?A
ECONOMIA DIGITAL NA GESTÃO PÚBLICA**

GABRIELE GOMES FARIA¹

RESUMO

A necessidade de expansão capitalista traz em seu bojo a urgência de saídas que exigem um Estado compromissado com as estratégias neoliberais. Neste sentido, as TIC's despontam como base à expansão capitalista, especialmente porque a informação ganha centralidade e pressupõe novos nichos financeiros que reafirmam o domínio e a dependência.

Palavras-chave: Estado, novas tecnologias, dependência.

ABSTRACT

The need for capitalista expansion brings with it the urgency of solutions that require a state committed to neoliberal strategies. In this sense, TIC's Emerge as a basis for capitalista expansion, especially because information gains centrality and presupposes new financial niches the reaffirm dominance na dependence

Keywords: State, new Technology, dependence

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca identificar o dinamismo da acumulação capitalista que historicamente produz barreiras apresentando uma dinâmica contraditória. Tal “incapacidade” no processo de acumulação desemboca em crises - determinadas por diferentes obstáculos a depender do contexto - que na atualidade apresenta saídas concernentes à retórica neoliberal, especialmente a de que o Estado não deve ser interventor, fazendo valer, seu compromisso

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro

ideo-político sempre atento às melhores oportunidades para a expansão do capital, não à toa canalizando o fundo público para coibir os efeitos da redução das taxas de lucratividade.

Deste modo, observa-se uma clara blindagem do orçamento público aos interesses capitalistas, ao pagamento de juros, amortizações da dívida pública esfolando o povo em nome de rentistas, desviando a direção do Estado Social conduzindo-o a esforços de controle nas despesas sociais, sob a dialógica do “Estado mínimo” que encontra em novos instrumentos de gestão sustentação desta narrativa, bem como a fonte à enorme produção de riqueza pautada em dados capazes de instrumentalizar a organização de uma nova estética de vigilância que extrai descobertas a preço da violação de direitos, leis e normas, aspectos estes altamente necessários à lógica da economia digital que se estrutura.

Enquanto parte da pesquisa de doutorado, nossa reflexão tem como objetivo problematizar a utilização de tecnologias informacionais e comunicacionais como um instrumento gerencial adestrado a economia digital que reitera a dependência capitaneada por grandes corporações instrumentalizando desigualdades. Para tanto, empreendemos uma revisão documental e bibliográfica, cujos fundamentos teóricos dialogam com a tradição marxista. Neste sentido, o trabalho inicia uma reflexão acerca da lógica da acumulação capitalista e suas adequações posta pelo caráter científico-tecnológico. Na sequência apresentamos o compromisso do Estado em servir essa racionalidade econômica. Em seguida, problematizamos os contornos de uma agenda de reformas que faz jus ao projeto neoliberal estruturando uma nova dependência capitaneada por grandes corporações interessadas em avançar com seus negócios; fechando com as conclusões.

2. ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E SUA DINAMICA CONTRADITÓRIA

O capitalismo tem em sua essência uma historicidade de caráter processual que instaurou expressões simbólicas das quais na dinâmica do capital, o Modo de Produção Capitalista, hoje dominante em escala planetária tem no lucro sua força motriz, ou seja, a razão de ser de capitalistas e empresas capitalistas, donde o ponto de partida é o dinheiro e o ponto de chegada é mais dinheiro, sendo este o sentido específico da ação capitalista (Braz e Netto, 2011). Nesta feita, o modo de produção capitalista universaliza a relação mercantil, que neste estágio específico, quer seja, o concorrencial, se dá entre um grupo que detém possibilidade de compra dos meios de produção e da força de trabalho e outro que nada tem além da sua força. Ainda



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

nesta lógica, toda produção excedente pertence ao capitalista, é legitimada via contrato de trabalho, reproduzindo a falsa noção de que o salário remunera tudo que fora produzido. Está posta aí, a relação contraditória e reificada entre capital versus trabalho, que não permite a apreensão no cotidiano do trabalho necessário e excedente².

Nesta dinâmica, grande parte da população vende sua força de trabalho à uma minoria que - a compra na condição de valor de uso - detém os meios de produção e que por sua vez, quer sempre obter maiores vantagens. Já aqueles que não conseguem se inserir na condição de assalariamento, configuram-se enquanto sobrantes, fato este característico na sociabilidade capitalista donde o trabalho vivo figura como funcional à esta produção.

Por outro lado, o movimento capitalista não se esgota na produção e logo, são tomados por processos periódicos que pressupõe o dinheiro acrescido (D') na base de um novo processo de rotação do capital que se funda na repartição da mais-valia entre diversos setores, já que a rotação em si coloca a exigência de várias atividades, tangenciadas pela produção, distribuição e consumo tomadas como processos periódicos, com vistas a dar conta da conservação da taxa de lucro em que qualquer interrupção abrirá portas à uma crise.

Assim, em face da abissal concorrência e da enorme valorização do dinheiro, expressão do excedente econômico que ambiciona o capitalista - em sua função social como representante do capital - jaz que entre eles, haja uma intensa competição atravessada por processos de compra de meios de produção e força de trabalho. Deste modo, se abre um mercado mundial com grandes possibilidades de negócios e oportunidades de investimento que alardeia uma concorrência jamais vista, e que irá influenciar sobremaneira, as forças produtivas que ora preconizavam o excedente via extensão das jornadas de trabalho sem quaisquer garantias, fato este que impulsionou as lutas de classes postas à um Estado liberal que intervinha em defesa do capital.

Mas foi exatamente a mobilização dos trabalhadores que forjou uma tímida participação e alguma aquiescência de segmentos capitalistas às intervenções estatais, com vistas a oferta de garantias mínimas à esta mão de obra, sem perder de vista é claro, as fronteiras do capital,

² No que toca o cotidiano do trabalho necessário e excedente, de acordo com Marx no livro 1 vol.1 (2014), a parte do dia trabalhado necessário à produção de uma mercadoria; o trabalho necessário empregado durante este tempo pela força de trabalho são imperiosos ao capital e a existência do trabalhador, contudo, quando este opera além deste limite, ou seja, quando o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia, sem apreensão deste valor pelo trabalhador, mas apenas ao capitalista como uma criação naturalizada, produz-se então, o trabalho excedente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

coadunando com as análises feitas posteriormente por Streeck (2018) quando sinaliza que por meio desta lógica o capital resiste, mas faz concessões para ser aceitável e garantir certa lealdade das massas às suas empreitadas capitalistas, portanto, adiando o embate.

Ainda nesta dinâmica, a composição orgânica do capital implicará adequações de caráter científico-tecnológico com vistas a redução do trabalho necessário, artimanhas estas imprescindíveis a ampliação dos lucros, mas que em pouco tempo mobilizará outros concorrentes à nivelar a lucratividade obrigando as empresas menos avançadas a se modernizar como mecanismo de sobrevivência, o que tendencialmente implicará em um movimento próprio da expansão capitalista que ao longo da história move-se, engendra cotidianamente contratendências que deem conta de suas contradições, bem como que se detenha a reverter à queda da taxa da lucratividade pela via das inovações tecnológicas, organizacionais, sociopolíticas, culturais, confluindo na criação de monopólios de grupos capitalistas que alteram a dinâmica e estabelecem o controle das atividades econômicas.

Acerca deste movimento, Mandel (1982) aponta em sua abordagem que o estágio dos monopólios ao objetivar o controle de atividades econômicas lança mão de um mecanismo orquestrado pelo capital para aumentar o lucro. Sua função é evitar a equiparação da taxa de lucro, bem como mantê-la acima da média, assim, o autor evidencia que há uma combinação entre concorrência e monopólios em vista do aumento qualitativo da centralização e concentração:

O controle do mercado é determinado pelo que acontece no domínio da produção, e não no do mercado (...) Se os superlucros obtidos através do controle monopolista do mercado atraem – e quando atraem – um número suficiente de concorrentes para o mesmo ramo da indústria, a situação de monopólio tende a desaparecer e com ela o superlucros. (Idem, 1982 p 369-371)

Esta análise Mandeliana denota que a lei do valor vai se estabelecer e que o super-lucro irá acontecer, mas de modo temporário, logo, sempre haverá a concorrência, haja vista ser inevitável segundo o autor fugir da lei do valor, ou seja, manter a lucratividade de maneira estável. Está aí o motivo dos esforços tecnológicos e das múltiplas artimanhas para reduzir custos e deter o declínio, que pode ser freado, mas não evitado, ou seja, a produção capitalista determina barreiras à sua própria expansão na medida em que ao buscar pelo lucro há uma tendência a sua queda.

Em função deste cenário contraditório e cíclico, o capital concentra-se sob a batuta daqueles que possuem grandes massas de capital, afim de produzir mais mais-valia. Com isso, a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tendência é a de fusão de vários capitais imponentes que ao operar concentração e centralização cria monopólios que controlam a economia estabelecendo a dominação. Nesta reinvenção, se altera sobremaneira a função dos bancos que passam a controlar massas financeiras incomensuráveis e disponibilizá-las ao crédito para investimentos figurando uma novidade para além do monopólio industrial, o monopólio bancário que marca então, um papel decisivo, qual seja, um número reduzido de grandes capitalistas com poderio e comando concentrado em suas mãos, dão a direção da vida econômica dos países em que seus grupos atuam (Braz e Netto, 2011 p.191).

Assim, via exportação de capital, partilha territorial do mundo, domínio e exploração - pedras de toque na procura do lucro máximo – se motivam guerras introduzindo nesta dinâmica, o belicismo como componente central da economia, haja vista sua enorme funcionalidade na contenção das crises. Outrossim, sob novas condições se apresentam processos e fenômenos antes inexistentes, dentre eles, um incremento de condições renovadas para a exploração dos trabalhadores, sem contudo, eliminar qualquer contradição do Modo de Produção Capitalista, muito pelo contrário, as conduz ao nível máximo exigindo um Estado que contenha as crises mesmo que a preço da desregulamentação das conquistas obtidas pelas lutas sociais, balizando uma incompatibilidade entre capitalismo e democracia na era neoliberal.

Este estágio donde o capital financeiro ganha centralidade via uma ação concentradora da economia chama a atenção pela sofisticação da alienação, e pelo alto grau de desconforto no que tange a democracia, que se em algum momento foram *fórmulas de paz* (Streeck, 2018) que exigiram sacrifícios dos lucros, na atualidade se apresentam como um incômodo a disciplina repressiva exigida pelo capital demarcando uma crise de governança.

Nesta descrição, é possível identificar que as crises no modo de produção capitalista não são um mero incidente. A tomada de poder pelo capital no movimento de circulação do dinheiro, ambiciona uma valorização rápida e sem limites que se dará por meio do capital fictício, aparelhado por instituições com grande expertise, dentre elas os bancos. Nas crises essa busca por valorização traz em seu bojo, uma enorme voracidade e ausência de fronteiras que exponencia contradições, quais sejam: a exigência de uma força de trabalho qualificada, polivalente; o aumento das jornadas e a intensificação do ritmo daqueles que ainda conseguem emprego; a busca por matérias-primas mais baratas; a descartabilidade e barateamento da força de trabalho; a precarização das relações de trabalho, a polarização do desemprego de modo

naturalizado e como problema individual; a retirada ou relativização dos direitos, além da conformação de uma elite que trata de circular ideias capitalistas como única alternativa, patrocinando a dominação ao lado do Estado, garantidor, planejador econômico, financeiro das economias monopolistas.

Nesta dinâmica, novas tecnologias acendem como base necessária as transformações do processo de expansão da economia digital, impactando não só as diversas formas assumidas pelo trabalho, mas dinamizando uma nova realidade gerencial empresarial que se expressa também na gestão pública com operações minuciosamente programadas à uma organização mais coesa de controle preciso operado por um conjunto de meios (dados, algoritmos, inteligência artificial), que forjam novos nichos financeiros à grandes empresas tecnológicas.

3. ESTADO E SUA CAPACIDADE DE SERVIR A RACIONALIDADE ECONÔMICA

O Estado é anterior ao capitalismo e nasce como mecanismo de dominação que irá por meio de instrumentos jurídicos, do uso da força, garantir a apropriação privada. A depender do contexto histórico, os contornos da dominação presentes nos modos de produção ou nas formas de poder político institucional alteram-se, tendo o Estado moderno um papel fundamental na sustentação da estrutura de classe, proteção e reprodução da mesma, tendo em vista que a economia por si só não dá conta.

Em vista disso, segundo Mandel dentre as principais funções Estatais estão:

1-garantia de condições gerais a produção que não podem ser asseguradas pelas classes dominantes; 2- repressão as ameaças ao modo de produção, através da força exercida pelo militarismo; 3- a integração via coerção e/ou pela via ideológica que afiança uma função integradora atravessada por ideias dominantes. (Idem 1982, p.333-334)

Em todos estes aspectos a ação Estatal se faz necessária enquanto parteira do modo de produção capitalista. Segundo o mesmo autor, nesta dinâmica, a classe capitalista reina, mas não governa, e trata de exercer sua dominação ideológica e de controle sob o Estado que por sua vez, serve aos interesses de proteção, consolidação e expansão do Modo de Produção Capitalista ao passo que afiança a troca de mercadorias e a exploração da força de trabalho, sobretudo, na *crise sistêmica*³ que temos vivenciado e que envolve toda estrutura da ordem capitalista exibindo

³ Ao caracterizar uma nova dinâmica posta a crise contemporânea, que não diz respeito apenas aos obstáculos ou impedimentos da acumulação, Netto (2012, p.416) a nomeia de *Crise Sistêmica*, tal qual a que explodiu em 1929 e que foi catastrófica, a crise posta na atualidade envolve traços inéditos os quais remédios Keynesianos não vão funcionar.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

processos inéditos que tangenciam o mundo do trabalho, a liberalização do capital financeiro, as mudanças nas estruturas das classes sociais, a estruturação de oligarquias financeiras, alteração do perfil demográfico, incorporação na cultura dos ideais capitalistas voltados ao mundo do consumo como valores universais, dentre outras “soluções” defendidas, que assinalam sempre em direção ao imperativo fortalecimento do Estado não apenas como aparato técnico jurídico-administrativo, mas segundo Meszáros (2015, p.52) como executor de uma ilegalidade que perde a excepcionalidade e caminha na órbita da regra assumindo o vulto de uma violência genérica bastante nociva.

Ainda refletindo sob o caráter desta violência, importa situa-la à luz da desqualificação sem precedentes que atravessa o âmbito Estatal a partir do corolário neoliberal, que para além da liberalização da econômica em prol da acumulação capitalista construiu uma onda cultural que promulgou a satanização do espaço público. Essa *cultura antiestatal* (Netto, 2012) além de contribuir para suplantiar a democracia tornou factível o projeto do setor privado, desresponsabilizou o Estado e acirrou mecanismos que implicam em violência, não no sentido do crime armado, mas aquela responsável por aviltar vidas humanas com a pequena política em detrimento da grande política que se apropria do fundo público⁴, se utiliza de mecanismos ideológicos que permeiam a dinâmica cultural capitalista forjando um sistema de grande poder, responsável por evitar ou adiar as quedas bruscas de acumulação.

Em resumo, podemos dizer que para dar conta das promessas do capitalismo junto a sua clientela nos termos de Streeck (2018) resta ao Estado restabelecer a crise financeira por meio de cortes com despensas sociais e uso do fundo público aos interesses capitalistas, ou seja, a inflação suprimida dará lugar ao endividamento público via empréstimos, pagamento de juros e amortizações. É o verdadeiro enlace do fundo público aos interesses capitalistas, figurando ainda, como interesse de todos a partir de um sistema de ideias burguesas que confere capacidade de se eliminar a crise mesmo a preço de frutificar a face autoritária que mistifica a realidade afirmando ser o sistema capaz de superar todas as contradições.

Para tanto, mesmo que beire a ilegalidade:

⁴ Como Salvador (2019) observou, o Fundo Público é constituído de recursos advindos da sociedade por meio de impostos e mais-valia para desempenho de suas funções Estatais. O que ocorre é que na atualidade, tem servido a transferência de juros e amortização da dívida pública, vinculado, portanto, a financeirização da riqueza via recursos transferidos para os rentistas e a desregulamentação da proteção social, tendo em vista a adequação das políticas a capacidade de recursos públicos que ora encontra-se a serviço do capital.

As formações estatais historicamente dadas no sistema de capital devem se afirmar como executoras eficazes das regras necessárias para manutenção da ordem sociorreprodutiva estabelecida (Mészáros, 2015 p.56).

Assim, para atender a dinâmica sóciometabólica do capital que é responsabilidade Estatal, embora não exclusiva, cabe a este, atender o que ora foi demarcado constitucionalmente ou violar as regras, fato este observado na realidade brasileira ao passo que o Estado endividado ignora a possibilidade de políticas distributivas em prol do pagamento da dívida criando medidas de austeridade que demarcam um esgotamento do ciclo político social democrático via mecanismos consensuais que criam condições e alteram a forma de gestão e sua relação com a sociedade quebrando inclusive formas de resistências e impondo um novo padrão de comportamento próprio do processo de reestruturação produtiva do capital.

Convém caracterizar o grave ataque aos direitos justificado pelo ajuste fiscal tão bem demonstrado nos estudos Boschetti e Teixeira (2019), donde as autoras comprovam a alienação do Estado para transferências ao sistema financeiro. Assim, para dar conta dos juros se aumenta impostos sobre a classe trabalhadora, se reduz direitos conquistados e serviços. Tal expropriação das condições ora mediadas pelo Estado social assentam-se na contramão das políticas sociais, principal alvo da mercantilização, sobretudo, após a Ementa Constitucional 95/2016 - que institui um regime fiscal de congelamento dos gastos com saúde, educação, ciência e tecnologia e Assistência Social, posterior a já aprovada Lei das terceirizações e reforma trabalhista em 2017, que juntas legalizam a exploração, para não dizer o retorno à condições análogas à escravidão. Uma dinâmica que continua avançando desde o primeiro ano do terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, expressa na Lei Complementar (LCP) 200/2023 que institui um novo arcabouço Fiscal, o qual nos termos de Salvador (2024) constrói uma criativa engenharia financeira para garantir a captura do fundo público para dívida e para limitar as despesas dos gastos públicos.

Nesta lógica de restrição orçamentária o lema é: reduzir gastos, limitar acesso ou torná-lo ainda mais penoso, de modo a facilitar as reformas neoliberais e sua metodologia interessada em instituir novos ganhos mercadológicos. Faceta essa que precisa arregimentar adesão às estratégias do projeto neoliberal restaurador do capitalismo, e que neste sentido, dialoga com a análise lukácsianas, na qual se chama a atenção para a preocupação do capital em reatualizar o sistema manipulatório, essencial no capitalismo contemporâneo, em que a manipulação destaca-se como recurso necessário a impregnar todas as expressões da vida social, impactando



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

nos processos de trabalho, na organização do tempo, no consumo e na subjetividade (Lukács, 2012).

Não à toa as soluções que se estruturam à crise corroboram com apreensões acrílicas da realidade que manipulam a vida cotidiana, tendo nesse sentido, colaboração ativa do Estado para que se espraie a ideia da necessidade de sacrifícios realizados por todos e para o bem de todos (Brow, 2019), e que vão se expressar nas novas formas de controle posta em prática no modo como o Estado irá atuar, refletindo ainda, nas relações de trabalho (precarização, terceirizações, uberizado), legislações trabalhistas, previdenciárias, cortes de benefícios, enfraquecimento de estruturas sindicais, ampliação do setor privado. Processo este considerado pertinente às mudanças da sociedade capitalista (globalização da produção e do mercado financeiro) e que justificam tal redefinição:

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (...) Em certos estágios de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então (Marx, 2014 p.24).

Em vista disso, alguns traços são identificados por Boschetti e Teixeira (2019), como ataques estratégicos necessários à lógica de ajustes para redefinir recursos públicos à esfera privada, dentre eles: investimentos pífios nos benefícios sociais; desfinanciamento, precarização e mercantilização das políticas sociais, abrindo espaço para o capital privado; ataque aos direitos previdenciários donde a pedra de toque é a redução de despesas e aumento da arrecadação, sobretudo, com as últimas reformas.

Dentre os novos contornos em face de relações bem mais complexas posta em prática, pela dominação política e expansão mercantil as mudanças que se apresentam não se apartam de questões endógenas, especialmente de posições hierárquicas de cunho histórico (Mascaro, 2013), as quais seguem influenciando subjetividades, garantias jurídicas e políticas, num movimento que almeja facilitar a circulação mercantil e a produção, mas que no atual contexto forja processos alienantes particulares.

Tais processos seguem validando sacrifícios sociais impelidos por um projeto neoliberal que dinamiza a mercantilização, reduz e complexifica o acesso a políticas sociais, apresentando elementos de um Estado guardião das condições de valorização do capital, que se utiliza de estratégias cada vez mais controladoras moldada nas instituições estatais, sob consultoria de

grandes Big techs que ao vender serviços ao governo integram a reforma gerencial em curso afeita a apresentar novos mecanismos de modernização e otimização dos serviços, novos procedimentos técnicos e operacionais à pedra de toque a valorização do sistema do capital.

Por meio de tais elementos avança o enlace do fundo público aos interesses capitalistas, sob a narrativa de que há em curso decisões para o interesse coletivo, instituindo com isso, um sistema de ideias burguesas que apregoa capacidade de se eliminar a crise, mesmo a preço de frutificar ideologias que mistificam a realidade e afirmam ser o sistema capaz de superar todas as contradições. Assim, fica a critério do Estado perfazer tais condições, o que implica a subordinação da classe trabalhadora a mecanismos que cumprem a função de favorecer o desenvolvimento do sistema do capital.

4. A ECONOMIA DIGITAL NA GESTÃO PÚBLICA

Sob prenúncio de uma forma de trabalho mais eficaz, responsiva, menos onerosa, mais interativa, a informatização entra na gestão pública como contributo ao alargamento da reforma do aparelho do Estado (PADRAE) lançada em 1995. A agenda de reformas de influencia neoliberal implica em revisão legislativa de caráter mais flexível que arrola servidores, a burocracia e seus métodos, redirecionando o regime administrativo brasileiro, intensificando as relações públicas e privadas com importante redução do papel do Estado como executor na garantia de direitos. Neste novo modelo de gestão ganha destaque o tônus empresarial que faz avançar interesses de grandes grupos econômicos, os quais operam serviços de responsabilidade estatal.

Como central a esta dinâmica de reforma, as tecnologias informacionais e comunicacionais despontam junto a narrativas de neutralidade e embelezamento, ora entoando colaborar com um processo de prestação de serviços públicos mais célere e eficaz, agora disponíveis vinte e quatro horas por dia, e sete dias por semana de modo mais eficiente, barato e sem tencionar a cidadania (Chahin, 2004).

O avolumar deste contexto tem no cenário pandêmico a base material necessária para fazer avançar a Indústria 4.0 ou quarta Revolução Industrial (Antunes, 2020, p.15) estruturada, a partir das tecnologias da informação e comunicação, cuja dinâmica empresarial digital dará o tom aos processos produtivos, os quais despontam seguindo a tendência de reivindicação da experiência humana como matéria prima gratuita. Entretanto, apesar de anunciar relações

libertárias promovem o reforço do controle, da exploração e degradação do trabalho e dos trabalhadores, ora envoltos no trabalho intermitente, terceirizado, reflexo da integração entre processo produtivo e serviços.

Com o fim da pandemia do Covid-19 experimentamos um crescimento expressivo de serviços digitais, utilização de redes sociais que ganham na gestão “modernizadora” da administração pública, o contorno procedimental para estabelecer contato e acessar serviços públicos, desvelando uma crescente utilização de dados privados de diversos segmentos da população, encontrando de certo modo, no aparato legal a regulamentação de uma dinâmica que vem se sofisticando e indicando novos nichos de lucratividade.

Outrossim, o incremento destas novas tecnologias junto aos serviços públicos, para além instrumentalizar maior celeridade aos processos de trabalho, desburocratização dos serviços, monitoramento de grupos populacionais, produção de indicadores capazes de um melhor acompanhamento das ações, desvela em seu caráter contraditório, processos orientados por uma grande circulação de dados privados considerados no século XXI como o novo petróleo (Silveira, 2021), combustível ao treinamento algorítmico, que embora guiado pela inteligência humana, aplica a máquina a faceta matematizada pautada em estatística e probabilidade à orientar decisões, as quais não possuem caráter neutral, pois trazem em seu bojo, a construção de uma normativa atravessada por leituras de mundo, marcada pela necessidade de maior controle, redução de custos, fomentando modelos de mercado sempre atento às melhores oportunidades expansionistas.

Por esse caminho se põe em prática uma nova organização empresarial de caráter digital produzida pelo setor corporativo transnacional integrado por gigantes tecnológicas⁵, as quais capturam um mercado consumidor expressivo incluindo a gestão pública, sob justificativa do baixo custo, álibi perfeito à expansão dos negócios. Isso indica um aprofundamento de uma nova dependência capitaneada por grandes corporações que aprofundam seu poder e capacidade de controle através da massa de informação disponibilizada por quem paga por serviços e produtos.

Quanto de nós baixamos aplicativos ou manejamos sistemas informacionais para acessar um serviço público? Observamos com isso, que sem a entrega de nossos dados dificilmente conseguimos encaminhar nossas solicitações, especialmente à burocracia estatal. Neste sentido,

⁵ Empresas como Apple, Microsoft, Amazon, Alphabet, Bank of America e ICBC se destacam na lista Global por bons resultados em ativos, valor de mercado, vendas e lucro. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/05/global-2000-as-maiores-empresas-de-capital-aberto-do-mundo-em-2021/> acesso: 25/07/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

é possível inferir que junto ao incremento tecnológico se põe uma nova modalidade de geração de valor contida na informação. Elemento este que ao demarcar condições desiguais de produção e difusão tecnológica, em razão do domínio deste mercado por grandes empresas de tecnologia, produz dependência fazendo como que países como o Brasil siga nos termos de Marini (2024) restritos e subordinados aos interesses de países dominantes, os quais seguem investindo em sofisticados meios tecnológicos comercializados para diversos fins (segurança nacional⁶; serviço de armazenamento em nuvem⁷; produção de aplicativos, sistemas; Inteligência artificial generativa), fazendo com que fornecedores de países imperialistas sigam avançando sob países dependentes, espaço, onde se garimpa dado e consome tecnologias.

Estas mudanças nos dão pistas quanto ao papel que o Estado e suas políticas sociais (saúde, educação, assistência social, previdência social, segurança pública) vêm assumindo no estágio atual do capitalismo, transformando instrumentos para acesso à direitos em mecanismos que limitam o ingresso ou os promove de forma pouco transparente sofisticadas estratégias de controle, vigilância e punição servis a lógica da dominação (Faria, 2022).

Impulsionada por uma lógica empresarial supostamente mais eficiente, políticas sociais tem avançado em um desenho operacional digital atravessado por sistemas, aplicativos, contando assim, com consultorias privadas para suas soluções. Uma dinâmica que endossada pela redução dos custos mascara a enorme violação de privacidade e direitos, tendo em vista a enorme interação entre sistemas e cruzamento de dados realizado inclusive sem objetivos e finalidades definidas, o que escancara desigualdades, via estratégias tecnológicas que denotam por um lado o interesse mercadológico e de outro o empenho em capturar fraudulentos e conter gastos, portanto distantes de uma justiça social.

A Portaria conjunta mds/inss nº 28 ao instituir o requerimento biométrico do requerente ou responsável legal, a partir de 1º de setembro de 2024 é um exemplo dessas tratativas que buscam cruzar dados de modo irrestrito, não com o fim de otimizar os serviços, mas para rever gastos, a preço do escrutínio e menos investimentos sociais.

Art. 23. O cruzamento de informações será realizado mensalmente pelo INSS para verificação da manutenção do critério de renda do grupo familiar e do acúmulo do benefício com outra renda constante em base de dados dos órgãos da Administração Pública

⁶ Reconhecimento Facial; Ferramentas de hacking que envolve tecnologias forenses e programas espíões.

⁷ Segundo Silveira (2024) uma metáfora do mundo dos negócios, cujo significado é o armazenamento e processamento de dados e sistemas que estão localizados em *data centers* estrangeiros que são acessados remotamente pela internet.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

disponíveis ou, no caso da pessoa com deficiência, da renda decorrente do exercício de atividade remunerada (BRASIL, 2024).

Se de lado observamos forte investimento em ferramentas tecnológicas para ingresso aos serviços, via automatização de processos burocráticos, afeitos a reduzir custos com mão de obra e até peneirar quem acessará o direito a *pari passu* da agenda neoliberal, de outro, este grande volume de dados produzidos nesta coleta incessante – os quais treinam algoritmos estabelecendo padrões e decisões, com critérios ocultos – instaura necessidades sociotécnicas de armazenamento:

Empresas, instituições, governos substituíram suas próprias infraestruturas de processamento e armazenamento de dados locais por contratos para que a Amazon e a Microsoft “cuidassem” e “alugassem” espaço de armazenamento de dados e serviços computacionais (Silveira, 2024).

Outrossim, se molda um modelo de negócios de computação em nuvem, que reafirma o domínio nas mãos de empresas transnacionais:

A Amazon Web Server e a Microsoft Azure, em 2021, detinham 60% do mercado mundial de nuvem que ofereciam a infraestrutura como serviço. O que isso quer dizer. Que diversas empresas, instituições, governos substituíram suas próprias infraestruturas de processamento e armazenamento de dados locais por contratos para que a Amazon e a Microsoft “cuidassem” e “alugassem” espaço de armazenamento de dados e serviços computacionais (Silveira, 2024).

Isso implica dizer que junto a tais soluções se alastra uma concentração de poder informacional que beneficia grandes empresas sem qualquer compromisso público e que incorporam para si informações dos cidadãos, dos estados, do processo de formulação das políticas públicas e seus problemas, e-mails, as interações, documentos, etc. Tudo isso a instrumentalizar um modelo de negocio que secundariza a privacidade, a qualidade dos serviços públicos ofertados, em nome de uma disputa por acesso a dados e informações que se tornam uma mercadoria, servil ao marketing, ao crédito, bem como a alimentar ondas fundamentalistas e reacionárias, ambas retroalimentadas no mundo global e nas entranhas do consumismo com largo uso das redes sociais onde *amor e ódio tem o mesmo valor: é dado a ser monetizado* (Dantas, 2022, p.95).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O recente apagão⁸ em 19 de julho 2024 que afetou bancos, serviços de saúde, distribuidoras de energia, aeroportos deixando indisponível muitos outros negócios, haja vista a paralisação de sistemas, é emblemático em revelar a vulnerabilidade de uma economia digital sob domínio de empresas estrangeiras. O ocorrido se deu após o software *CrowdStrike* desencadear uma atualização defeituosa em 8 milhões de dispositivos *Windows* da empresa *Microsoft*, uma dos maiores *data centers* do mundo, denotando uma lógica de poder de tamanha expressividade, em face da capacidade desta corporação em impedir o acesso de instituições que contratam seus serviços de nuvem aos seus próprios dados, em geral armazenados sob outra jurisdição e sem possibilidade de acesso físico (Silveira, 2024).

Tais elementos nos dão pistas para compreender que temos transferido valor de conhecimento reiterando e aprofundando nossa dependência. Como consequência se ampliam desigualdades, bem como bloqueiam capacidades criativas e a soberania nacional, em nome de uma economia digital que segue preservando a dominação, mecanismos de exploração e investindo em tantos outros que reiteram o lugar de colonizados e colonizadores de modo naturalizado e com aquiescência de governos.

5. CONCLUSÃO

Entendemos que as mudanças tecnológicas que arregimentam o processo de gestão do espaço público, apesar de apresentarem-se como ferramentas eficientes, eficazes e efetivas que permitem encurtar distâncias, armazenar e socializar informações, localizar dados de modo fácil e rápido, encontram-se imbricadas por uma lógica capitalista das grandes corporações mundiais, que ao articular-se a instrumentos e práticas burocráticas desvelam nestas, estratégias de poder de grandes empresas que encontram na grande circulação de dados, um ideal corporativo bastante atento à produção de perfis, lógica esta capturada e favorecida pela dinâmica neoliberal.

Neste sentido, importa trazer a baila as implicações da crença neoliberal do baixo custo que faz do Estado um grande financiador desta economia digital que tanto reforça processos de dependência tecnológica, quanto dificultar a autonomia, especialmente quando a incorporação tecnológica está sob o comando de grandes empresas estrangeiras que ditam as regras e soluções, a partir dos dados de seus clientes que drenam os seus negócios no exterior.

⁸ O apagão que demonstra o poder gigantesco das Big Techs. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/07/bancos-ficam-instaveis-e-voos-sofrem-atrasos-acompanhe-possiveis-efeitos-no-brasil-do-apagao.shtml> acesso em 26/07/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Há neste contexto, um cenário convidativo ao setor privado que inova com insumo público fazendo deslanchar estratégias que reforçam esquemas de poder reconfigurando formas de exploração e dependência que se reafirmam, especialmente quando nossos rumos tecnológicos são ditados por consultorias de grandes corporações estrangeiras.

6. BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: Antunes (org). Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020

BOSCHETTI, I. e TEIXEIRA, S. O draconiano ajuste fiscal no Brasil e a expropriação de direitos da seguridade social In: SALVADOR, E., BEHRING, E., LIMA, R. (ORG). Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

BROWN, W. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução: Mario Marino, Eduardo Altheman. São Paulo: Ed. Filosófica Politeia. 2019

DANTAS, Marcos. [et. al] (org.). O valor da Informação: de como o capital se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet. São Paulo: Boitempo, 2022

FARIA, Gabriele G. Tecnologias da informação e comunicação nas políticas sociais: opacidade e ilusão democrática. *Revista Katálysis*. Florianópolis: v. 25, n.1, p. 137-146. 2022.

ISTVÁN, Mészáros. A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado. São Paulo. Boitempo, 2015

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo, Boitempo, 2012

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Abril Cultural, 1982. Capítulo 15-17: pgs 333-410.

MARX, Karl. Processo de produzir mais-valia. In: O Capital. Livro 1. Capítulo 05 [1867]. Rio de Janeiro. 33ªed, Civilização Brasileira, 2014.

MASCARO, Alysson. Estado e forma política. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *Germinal: marxismo e educação em debate*, 9(3), 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648/15300>. Acesso em: 22 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

NETTO, J.P. e BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica, São Paulo; Cortez. 2011

_____. Crise do capital e consequência societárias. In: Serviço Social e Sociedade n°111. P.413-429, jul/set. São Paulo. Cortez, 2012.

Salvador, Evilásio (2024). O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. In: Argumentum, 16 (1), 6-19 <https://doi.org/10.47456/argumentum.v16i1.44218>

_____. Fundo publico, crise e financeirização da previdência social. IN: SALVADOR, E., BEHRING, E., LIMA, R. (ORG). Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2019.

SILVEIRA, Sergio A. O mercado de dados e o intelecto geral. Capitalismo digital? Revista Margem Esquerda n.36 2021^b São Paulo: Boitempo

_____. A catástrofe algorítmica e a nuvem do “apagão” In: A terra é redonda. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/apagao-digital/> acesso em:27/07/2024.

STREECK, Wolfgang. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. BOITEMPO, 2018.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**